

# FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO E FORMAÇÃO DE REGIÕES NA AMAZÔNIA — UM PODER TERRITORIAL?\*

Bertha K. Becker\*\*

É sobretudo na Amazônia que o conjunto das intervenções estatais no espaço implementadas pelo governo autoritário nos últimos 20 anos se torna mais patente e passível de ser acompanhado desde o momento de sua criação. O impacto da modernização homogeneizadora imposta pela ação governamental é vigoroso, provocando a alteração do espaço e da antiga identidade regional. Ainda assim, o contato direto com experiências localizadas na área permite duas constatações: a primeira se refere ao fato de que essa homogeneização não é de forma alguma total e absoluta como podem fazer crer as teorias, pois que a Amazônia se fragmenta hoje em unidades sub-regionais diferenciadas constituídas por novos grupos sociais em formação; a segunda diz respeito ao papel atuante da prática social, inclusive da resistência da população, na redefinição desse imenso espaço.

Nesse contexto de intenso ritmo de transformação, se retoma a questão regional em

termos do processo de formação das regiões e de seu significado político. Região e regionalização são resultados de uma divisão assegurada pela prática social ou pelos detentores do poder, i.e., de um processo coletivo ou de uma decisão tecnocrática (Turco, 1984). Existe uma identidade coletiva de base territorial fundamentada em interesses comuns capaz de resistir à homogeneização imposta pelas forças exteriores à região, ou essa identidade é sustentada e beneficia apenas as forças hegemônicas? Terão os acontecimentos na escala localizada capacidade de um comportamento criativo e, portanto, capacidade para gerar via política alternativa ou interferir na ordem instituída do espaço social, i.e., pode a região ser entendida como um poder territorial? (Becker, 1984 e 1985 a.)

A análise dessas questões torna-se oportuna não apenas em termos de conhecimento acadêmico, mas também em termos políticos, particularmente no momento que o

\* Recebido para publicação em 19 de julho de 1990.

Este trabalho é uma reflexão baseada em experiências e dados contidos em trabalhos anteriores referentes à Amazônia.

\*\* Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 52 (4) 117-126, out./dez. 1990

País atravessa: a gestão democrática do território é influenciada pelo modo pelo qual o espaço é apropriado e os territórios definidos, e implica uma descentralização do poder fundamentada na representatividade política dos diferentes grupos sociais territorialmente organizados que cumpre serem reconhecidos.

Com base em dados e experiências de trabalhos anteriores na Amazônia e em estudos teóricos sobre "região", apresentam-se na primeira parte do trabalho elementos para uma discussão teórica, na segunda, subsídios para análise do processo contemporâneo de formação de regiões na Amazônia, seguindo-se algumas considerações finais.

## UMA COMPLEXA DISCUSSÃO TEÓRICA

A ambigüidade do termo "região" e as posturas ideológicas com que tem sido analisada têm dificultado a reflexão sobre o domínio regional, persistindo, hoje, questões não resolvidas sobre região e regionalização (Becker, 1984 a e 1985 a).

É a obra de Gramsci<sup>1</sup> que fundamenta a análise política da região entendida como um *bloco histórico*. *Relacionado a uma base territorial*, o bloco histórico é uma realidade objetiva, dotada de propriedades específicas e individualizantes em relação às demais ao nível da estrutura sócio-econômica e política e de uma identidade cultural coletiva. Trata-se, contudo, de um conceito relacionado a regiões já longamente constituídas, blocos estruturados, próprios do contexto europeu. Como aplicá-lo a situações de fronteira onde, na verdade, se afeta a identidade regional ao mesmo tempo em que novos e heterogêneos grupos se formam?

A construção teórica sobre a produção do espaço social proposta por Lefèbvre<sup>2</sup> trouxe nova e fundamental contribuição à compreensão do espaço em seu significado polí-

tico, particularmente da relação estado-espaço, que pode ser utilizada para desenvolver a análise do conceito de região. Para tanto, alguns ajustes devem ser considerados.

É que a prática da luta política representada pela multiplicação de movimentos de protesto localizados e reivindicando contra-espacos evidencia a importância do lado prático do processo de produção do espaço, que revive o conceito de uso do espaço, das relações das pessoas com o espaço, da luta pelo espaço e coloca questões quanto a essa construção teórica.

Em sua abrangência, a teoria reconhece contradições e conflitos inerentes à produção do espaço — o conflito público-privado, o conflito entre "o espaço que se tornou valor de troca e o que permanece valor de uso" (Lefèbvre, 1978, p. 274), por exemplo. O autor citado reconhece, inclusive, que "o conhecimento do espaço social representa o lado teórico de um processo social em que os movimentos de contestação dos usuários são o lado prático, de uma só e mesma realidade, de que constituem aspectos indissolúveis" (Lefèbvre, 1978, p. 279). Dado, porém, o nível de abstração em que é tratada essa construção teórica não dá conta das especificidades com que as contradições se manifestam nem da variedade dos resultados alcançados, i. e., não dá conta das sínteses, das novas situações geradas. Em outras palavras, não contempla o imponderável, a incerteza decorrente de especificidades do corpo social, que correspondem a processos em curso em outras dimensões e escalas, por vezes contraditórios com os processos dominantes na escala global e que neles influem.

A análise das sociedades e de conflitos sociais localizados torna-se necessária e coloca a *questão da região como poder territorial específico*, e de sua possível influência no direcionamento do processo de produção do espaço.

A experiência de pesquisa na fronteira permite formular a hipótese de que a resistência de pequenos produtores visa a conquistar um lugar na ordem dominante e tem

<sup>1</sup> Alguns escritos de Gramsci mais pertinentes à questão regional encontram-se em Obras Escolhidas, Martins Fontes, SP, 1959.

<sup>2</sup> Dentre a obra de Lefèbvre ressaltam-se: "La Production de l'Espace", Anthroposfer, Paris, 1974, "Espacio y Política", Ediciones Península, Barcelona 1976, e de l'État, Union Générale, Paris, 1976 — 1978.

um papel influente na produção do espaço social. Esse papel não se exerce apenas em conflitos armados, deflagrados em tempos determinados na disputa pela terra, mas sim, também, em conflitos embutidos no cotidiano, na cadeia de ações e reações que compõem as relações sociais e forjam as regiões. Reitera-se, assim, o conceito de fronteira como espaço não plenamente estruturado, dotado de elevado potencial político (Becker, 1984): nesses movimentos, a potencialidade política da fronteira toma corpo.

Na tentativa de avançar na reflexão sobre o conceito de região como poder territorial, com base naquela experiência, algumas proposições podem ser colocadas:

1 — a integração de grandes porções do espaço amazônico à ordem espacial imposta pelo Estado é a integração à ordem de um espaço global em que as atividades e sua organização se realizam numa *nova, muito mais ampla escala*. Redes, atividades, organizações, estabelecimentos, são extensões locais, parcelas de conjuntos organizados em escala nacional e/ou planetária, em que a conexão dos elementos do conjunto é maior do que as conexões de cada elemento com o ambiente imediato, a nova ordem espacial destruindo, coexistindo com ou se articulando com ordens espaciais anteriores cujo âmbito de relações são intra-regionais e locais. Exemplos na fronteira são os grandes projetos interiorizados, verdadeiras unidades auto-suficientes, relacionadas ao exterior (Becker, 1984);

2 — a integração à ordem espacial imposta pelo Estado é a integração à *“ordem de um espaço lógico, mas em que a lógica do conjunto homogêneo é desmentida pela fragmentação do detalhe”* (Lefebvre, 1978, p. 291). Produto específico da clivagem público-privada, de duas práticas — a global, logística e a local, de interesses particulares — o espaço global é tanto homogêneo, porque nele tudo é equivalente e trocável (podendo ser comparado e vendido) como também fragmentado, porque em parcelas. Na fronteira, a apropriação seletiva do espaço resulta da ação do Estado que favorece grupos dominantes mas também atende a compromissos com outros grupos em face da necessidade de

sua legitimação e da iniciativa, do confronto e da luta dos grupos sociais;

3 — tal apropriação parcelada nada mais é que sua *“localização territorial que determina assim, em parte, os pesos relativos das frações de classe ou dos grupos, i.e., a configuração variada das sociedades locais — conjunto de frações não monopolistas —, que constituem a expressão social das regiões”* (Dulong, 1977, p. 191) no caso da Amazônia, em processo de dissolução/formação;

4 — *as regiões constituem uma determinação secundária do Estado* e, pois, do processo de produção do espaço social. Como seções históricas do território, realidades históricas específicas, conjunturas locais, as regiões relativizam os efeitos estruturais das forças homogeneizadoras que as teorias postulam. São expressão e elemento de contradições de classe que operam no funcionamento e na transformação do Estado. Os grupos dominantes disputando e participando do aparelho de estado local organizam o poder. Em contrapartida, a sociedade local tem uma função social e uma finalidade política que determinam contradições e modos específicos de relacionamento com a fração monopolista e com as instituições estatais. Essa especificidade é reconhecível em diferentes contextos sociais em formação na fronteira;

5 — *a região corresponde também a interesses e reações coletivos* que passam pela cultura, pela memória, pela identidade regional, e que podem constituir resistência coletiva à homogeneização econômica e à organização da hegemonia (Bassand et Guindani, 1983; Ricq, 1982-83). No caso da Amazônia, trata-se sobretudo da desestruturação da identidade regional sob impacto da nova apropriação do espaço. Em contrapartida, verifica-se aí que segmentos sociais não hegemônicos, em certos contextos, podem alcançar um nível de organização que, caso haja interesses comuns, pode acionar a resistência coletiva do bloco regional, influenciando no direcionamento da produção do espaço social (Becker, 1985a);

6 — a região pode, assim, ser entendida como *“um campo territorial que manifesta a emergência de um poder local específico, que o quadro institucional só faz legalizar”* (Loringuer, 1982, p. 119).

Acredita-se que, com essas proposições, é possível tentar a articulação do conceito de região como poder territorial à teoria da produção do espaço social e, assim, responder às questões colocadas na apresentação deste trabalho. *Região e regionalização são produto e condição, materializados e diferenciados, do trabalho social global*; resultam de uma relação entre processo coletivo e decisões tecnocráticas, prática social e prática dos detentores do poder. A construção teórica sobre a produção do espaço social deveria ser também uma teoria da regionalização e da região, que se constitui sempre como a dimensão territorializada desse processo.

Ressalva feita quanto à identidade cultural que, na situação da fronteira antes se descaracteriza em face da pressão sobre a cultura tradicional e da presença de migrantes recentes e desenraizados de regiões muito diversas, as afirmativas acima correspondem ao processo de formação de novas regiões na fronteira, onde contextos sociais localizados com formas específicas de resistência se constituem, tal como se procurará demonstrar para as áreas por nós estudadas.

## A NOVA REGIONALIZAÇÃO EM CURSO NA FRONTEIRA

A formação de novas regiões na fronteira resulta da atuação de duas malhas que, se apropriando de porções do esforço, definem novos territórios:

1 — a *malha técnico-política*, constituída pelos territórios apropriados e geridos diretamente pelo aparelho do Estado, superpostos a áreas dotadas de recursos estratégicos e/ou de conflitos potenciais ou reais, tais como áreas limítrofes com outros países e de atrito com limites criados pela malha do espaço efetivamente povoado. Alguns desses recortes permanecem ao nível do plano, fato que não reduz o seu poder de atuação: em conjunto produzem uma nova divisão territorial, superposta e conflitante com a divisão administrativa oficial já estruturada, com poder equivalente mas não oficializado e, portanto, desprovido dos instru-

mentos político-institucionais que garantam a representatividade da população;

2 — a *malha sócio-política*, constituída pelo espaço vivido dos grupos sociais que concretamente se instalam na fronteira definindo também novos territórios; dependendo de seu potencial político — como grupo de pressão ou, pelo contrário, como objeto de manipulação política — a malha vivida é institucionalizada dando origem a novas unidades da federação, núcleos urbanos, distritos, municípios e também estados.

Através da interação e/ou conflito das duas malhas, o espaço preexistente extremamente pulverizado em estabelecimentos e núcleos disseminados ao longo dos rios é redefinido em conjuntos homogêneos/fragmentados identificáveis em várias escalas (Becker, 1982).

Segundo diferentes combinações entre o peso da ação governamental e os arranjos entre frações locais de diversas classes, um primeiro conjunto homogêneo/fragmentado é identificado na escala nacional-regional, representado pela criação da Amazônia Legal. A homogeneidade regional é fragmentada em dois conjuntos homogêneos sub-regionais: Amazônia Oriental (leste-sul do Pará, norte de Goiás e sudoeste do Maranhão) e Amazônia Meridional (Acre, Rondônia e Mato Grosso). A Amazônia Oriental ressalta o papel do Estado na indução das formas de povoamento onde a empresa é a força dominante; na Amazônia Meridional, em Mato Grosso, domina a iniciativa privada de grandes companhias colonizadoras a quem o Estado delegou o processo de ocupação, enquanto que em Rondônia, embora o Estado tenha dirigido o povoamento, pequenos produtores são hoje a força dominante. Por sua vez, essas unidades sub-regionais são fragmentadas por diferentes sociedades locais com potencialidade política diversa, que, demarcando seus territórios, poderão constituir embriões de novas regiões.

### A Diferença Sub-regional na Amazônia Oriental: o Peso da Ação Estatal e a Variedade de Contextos Sociais Locais

A Amazônia Oriental, por sua posição estratégica no contato da fronteira com os

centros dinâmicos do centro-sul e com a bacia de mão-de-obra nordestina, foi a primeira porção do espaço amazônico a ser articulada na expansão recente da fronteira, tendo como eixo de penetração a Rodovia Belém—Brasília.

Aí, o Estado, por meio de subsídios e créditos, privilegiou nitidamente a acumulação de fazendeiros individuais e empresas de grupos econômicos. Para tanto, intensa mobilidade da força de trabalho foi estimulada.

A economia agrícola se baseia na exportação de madeira, bovinos e arroz. Quatro tipos de territórios e contextos sociais fragmentam essa unidade: os territórios de ocupação induzida, de ocupação subsidiada, de ocupação dirigida, e os enclaves de ocupação tradicional, hoje sob o impacto de grandes projetos:

a — o território de ocupação induzida da mata do norte de Goiás, onde dominam as grandes fazendas de gado de fazendeiros individuais, foi o primeiro a ser ocupado e registra hoje uma densidade demográfica média de 6 habs./km<sup>2</sup> (1980). Por sua posição acessível, vincula-se à tática inicial de preparação da conquista da região apoiada na Rodovia Belém—Brasília, sendo o povoamento induzido pela possibilidade de acesso à terra e pelo crédito para a pecuária. Na década de 60, pressionados pela expansão das empresas multinacionais na economia e pela inflação, o capital nacional diversifica seus investimentos inclusive pela compra de terras; fazendeiros do Leste e Sudeste (principalmente Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e Bahia) mobilizam-se para a região. Simultaneamente, pequenos produtores nordestinos (principalmente do Maranhão) se mobilizam antes e durante a construção da estrada, estabelecendo-se como pequenos proprietários, posseiros e rendistas. Fazendeiros e pequenos produtores são, pois, os pioneiros nessa fase de indução do povoamento, que se identifica ainda com a expansão de uma fronteira agrícola. Valorizam eles a faixa ao longo do eixo rodoviário, pela acessibilidade, a Mata do Lontra, pela melhor qualidade do solo, e ambas por serem terras devolutas.

A exploração do trabalho pelos fazendeiros se baseia no aluguel da terra. A valoriza-

ção das terras e a expansão do crédito em meados da década de 70 induzem a reapropriações do espaço: os fazendeiros com melhores condições econômicas se habilitam ao crédito e, num processo ativo de expansão das fazendas de gado, disputam as terras com os posseiros, absorvendo as posses por compra, grilagem ou expulsão. O mecanismo de substituição da propriedade da terra pela elevação do valor de parcelas do espaço atinge também fazendeiros menos ricos que vendem suas terras a empresas ou a especuladores.

Como elos na cadeia de circulação da produção e da mão-de-obra, as cidades crescem vertiginosamente. Imperatriz e Araguaína, pequenas vilas com localização estratégica — a primeira no contado entre o Nordeste e a Amazônia, e a segunda entre o cerrado e a mata —, triplicam sua população na década de 70, enquanto que, aglutinando a força de trabalho, os povoados se multiplicam na década de 60;

#### CRESCIMENTO URBANO DA POPULAÇÃO — 1960-1980 Norte de Goiás e Sul do Pará

CIDADES	1960	1970	1980
Araguaína .....	2.382	16.463	48.020
Imperatriz .....	9.004	34.709	111.818
Marabá .....	8.963	14.593	41.564
Conceição do Araguaia .....	2.887	6.629	33.336

FONTE — IBGE, Censo Demográfico.

b — o território de ocupação subsidiada por incentivos fiscais é o espaço valorizado pela empresa agropecuária de grupos econômicos a partir de 1970. Corresponde ao momento em que o capital multinacional se interessa pela terra como alternativa de investimento, e o Estado subsidia sua apropriação e concentração nas mãos de firmas sediadas principalmente em São Paulo. Através da política de incentivos fiscais (1969), de crédito barato para compra de terras, matrizes e insumos, favorece a dispersão espacial da iniciativa privada na Amazônia.

Em face da sua escala de operações, a empresa é mais independente da rodovia,

operando através do avião. A fronteira deixa então de ficar contida nos limites da área acessível ao eixo da rodovia, valorizando-se um novo espaço, a faixa de mata amazônica do sul e sudeste do Pará e do nordeste do Mato Grosso, distante e pouco povoada. Extensa faixa de grupos empresariais se estende, portanto, para além do rio Araguaia, extravasando o norte de Goiás e balizada por Marabá — no norte, Araguaína no centro e Conceição do Araguaia no sul. É a faixa dos incentivos gerenciados pela SUDAM e o BASA, dedicada à pecuária e à exploração da madeira, cuja produção é relativamente insignificante.

O território da empresa tem, pois, posição estratégica. Sua localização se afasta das zonas relativamente mais povoadas para evitar maiores conflitos de terra, mas não tão longe que o isole das bacias de mão-de-obra, uma vez que o trabalho assalariado temporário sustenta sua atividade, fato que se traduz numa densidade demográfica de apenas 3 habs./km<sup>2</sup> (1980);

c — o território de ocupação dirigida é o da colonização oficial do INCRA, que atrai população pela distribuição de lotes de 100 ha e a organiza em agrovilas construídas a um intervalo de 10 km. O território de ocupação dirigida acompanha a Rodovia Transamazônica, procurando articular o Nordeste à Amazônia; o verdadeiro esforço de colonização, contudo, foi feito entre 1970-74 e em áreas selecionadas por sua fertilidade ou sua proximidade à empresa, respectivamente Altamira e Marabá. Inicialmente o recrutamento dos colonos não foi seletivo e grande parte deles veio do Nordeste; sem preparo e sem apoio, muitos deles, após a abertura da mata e preparo das terras, abandonaram seus lotes, sendo substituídos gradativamente por colonos do centro-sul — mineiros, capixabas e, hoje, paranaenses e catarinenses.

Hoje, no Projeto Integrado de Colonização — PIC — Marabá, produz-se basicamente a lavoura branca e cria-se o gado e é intensa a mobilidade da população; manchas de terra roxa do PIC Altamira e crédito, a baixos juros, sustentam, ainda, colonos que se capitalizaram produzindo pimenta, cacau e cana para mercados extra-regionais; entre Altamira e Itaituba, processa-se, ainda, a expan-

são pioneira, não estando definidas as formas de apropriação. Entre 1970-80, a densidade demográfica na área elevou-se de 0,3 para 1,2 hab./km<sup>2</sup>, embora este número seja enganoso em face do tamanho dos municípios e da concentração da população ao longo da rodovia;

d — entre os territórios apropriados com o apoio da iniciativa estatal, permaneceram *enclaves de ocupação tradicional hoje ameaçados pela expansão das fazendas e pelo impacto dos grandes projetos*. Desde fins da década de 70, o movimento de valorização da terra é tal que passa a incorporar não só terras devolutas, mas também as terras restantes menos férteis, densamente ocupadas por pequenos posseiros do "nariz de Goiás", o "Bico do Papagaio" (28,5 habs./km<sup>2</sup>), cuja expropriação se efetua com conflitos agudos, bem como os enclaves de exploração tradicional do cerrado e da mata dos castanhais. Os grandes posseiros tradicionais, portanto, começam também a ser expropriados para dar espaço ao empresário sulista, fazendeiros individuais ou grileiros, muito embora no processo de substituição o confronto se faça com os agregados e posseiros que se apossam de bocados dos latifúndios, desmoronando-os de dentro para fora.

Hoje, um novo território subsidiado se superpõe na Amazônia Oriental, com muito mais ampla escala: território do Programa Grande Carajás. Expressão da nova ordem planetária, Carajás configura uma nova fronteira para o Século XXI pela magnitude da mobilização de recursos a que se propõe. Sua implantação, por outro lado, torna ainda mais conflituosas as relações na área.

Nos territórios apropriados no norte de Goiás, leste e sul do Pará, a nova sociedade local é, pois, constituída de fazendeiros médios, administradores de grandes fazendas e empresas agropecuárias, donos de serrarias, comerciantes, funcionários e uma massa de população móvel — pequenos produtores (rendistas e posseiros) e migrantes sem-terra — que constitui uma bacia de mão-de-obra, não só para atividades variadas no local, como para frentes em expansão no vale do rio Xingu, para mineração e obras públicas.

Fazendeiros médios e grandes, pecuaristas do Sul, principalmente São Paulo, constituem o novo grupo dominante (fração regional de classe), substituindo a antiga hegemonia de aviadores de castanhas e fazendeiros tradicionais, disputando o aparelho de Estado local com os políticos tradicionais ou com eles forjando alianças. No norte de Goiás um movimento regionalista dos fazendeiros, embora muitos não residentes no local, pressionou o governo central para legitimar sua apropriação, criando uma nova Unidade da Federação, o Estado do Tocantins.

Embora sejam numerosos e variados os conflitos na área, em todas as escalas e entre todos os atores, a mobilidade do trabalho decorrente da contínua expropriação dos pequenos produtores constitui a principal raiz dos conflitos e movimentos de resistência. No processo de expropriação contínua que intensifica a mobilidade, os pequenos produtores tendem a se politizar, gerando formas de resistência menos pacífica, com assimilação de táticas de defesa e ataque: a invasão e a luta armada. A invasão organizada se processa em terras de empresas, de fazendeiros, em terras devolutas, terras dos latifundiários tradicionais e áreas urbanas reservadas pelo estado para expansão da cidade.

Dada a estrutura da sociedade local, a reação de fazendeiros e empresários é violenta, conflagrando-se a luta armada, localizada, hoje, principalmente no Bico do Papagaio e na área da cidade de Marabá, entroncamento de rios e estradas dotados de grande riqueza mineral, florestal, e situados próximo à bacia de mão-de-obra. Nessa área, fazendeiros, empresários, posseiros pequenos e grandes, e empresas estatais disputam o espaço, de nada adiantando a criação do GETAT (hoje extinto) para atenuar os conflitos, acentuados com os grandes projetos de Tucuruí e Carajás.

Esses movimentos mobilizam conflitos entre segmentos da sociedade civil, desta com a sociedade política, entre os governos estaduais — esvaziados econômica e politicamente — e o governo central, entre a Igreja e o Estado e, inclusive, entre camponeses e assalariados.

Se a resistência de camponeses e trabalhadores da Amazônia Oriental é heróica e certamente influenciou na opinião pública a favor da abertura política e da reforma agrária, as condições da estrutura social local se manifestam em forte repressão que tem resultado em grande número de mortes.

### **A Amazônia Meridional: o Peso da Iniciativa Privada e dos Pequenos Produtores**

O isolamento desta área em relação à porção efetivamente ocupada do Território Nacional, sua condição de fronteira política e a expropriação de pequenos produtores decorrente da modernização da agricultura no Sul do País influíram na expansão moderna do seu povoamento baseada na colonização, embora com formas muito diversas. O norte de Mato Grosso tornou-se um espaço privilegiado para a iniciativa privada, a quem o Estado delegou o processo de colonização, caracterizando-se pela omissão da atuação estatal e por uma presença pouco atuante dos colonos. Rondônia, em contrapartida, por sua posição fronteiriça, foi lugar de colonização oficial, sendo densamente povoada por pequenos produtores, cuja presença é significativa não só em termos de Rondônia, como da Amazônia e mesmo do Brasil.

#### **O norte de Mato Grosso**

Três tipos de territórios aí se configuram: a — O território da grande empresa agropecuária, localizado em seu quadrante nordeste e com características similares ao do sul do Pará, uma vez que lhe dá continuidade; b — o território da colonização particular, que melhor dito seriam os territórios, dada a variedade dessas colonizações. Situadas na órbita da Rodovia Cuiabá — Santarém, as colonizadoras são muito variadas em termos do grau de sua capitalização. A diferentes frações do capital correspondem graus de organização do espaço diversos em termos de implantação de estradas e de núcleos urbanos — e das condições oferecidas por esses núcleos — da população recrutada, da regularização da propriedade da terra, da assistência à produção e à sua comercialização, bem como do grau de dependência dos colonos às respectivas colonizadoras.

Assim, distinguem-se, ao longo, os territórios altamente organizados e controlados de Sinop e Alta Floresta, verdadeiros miniestados comandados pelo grande capital comercial-especulativo, onde domina a população sulista de origem européia dos espaços não plenamente apropriados e organizados como o do Município de Colider. Muito extenso, o Município de Colider acolhe variada gama de iniciativas autônomas que indicam as tendências do seu fracionamento futuro: o distrito de Itaúbas é fruto da ação de uma companhia exploradora de madeira, constituindo-se de uma série de serrarias; o distrito de Colider, em si, iniciado por uma colonizadora que se desintegrou, não está estruturado, sendo foco de atração de migrantes do Paraná, nordestinos de origem, que continuam na condição de posseiros; na área da colonizadora Maecás, situada a leste da rodovia em direção à grande reserva indígena, tão pouco estruturada, a terra não está regularizada, sendo intensa a superposição de títulos de propriedade e a presença do "grileiro", figura ausente das áreas de colonização organizada;

c — o território da associação Estado-iniciativa privada, forma mais recente de ocupação, representado por: a) Projeto Carlinda, em que a colonização é empreendida pela Cooperativa de Cotia e pelo INCRA; respondendo a primeira pelo desenvolvimento técnico e comercialização da produção e o segundo pelo assentamento dos colonos e regularização da terra; b) o distrito de Garantães (Município de Colider) onde a Colonizadora Rio-Grandense-do-Sul atua com o apoio do INCRA na organização da cooperativa.

Nos territórios pertencentes às empresas de colonização privada mais capitalizadas, os donos de companhias executam e controlam a venda de lotes (50-60 ou 100 ha) e a comercialização da produção (guaraná, café, arroz) e exercem o poder político local. Para tanto, eles mesmos organizam o fluxo de migrantes do sul, principalmente do Paraná. As relações de trabalho dominantes são de tipo familiar, sendo reduzida a proporção de assalariados e migrantes sem terra, e baixas as densidades, cuja média é de 0,6 hab./km<sup>2</sup>.

Dado o forte controle exercido pelas companhias, quase inexistem povoados espontâneos — a rede urbana, inspirada na filosofia do INCRA, a reproduz com mais sucesso, configurando-se como um conjunto de lugares centrais hierarquizados.

Em virtude do tipo de colono, da fraca densidade demográfica e do controle exercido pelas grandes colonizadoras em seus feudos, não se verificam movimentos de resistência nesse território. O controle exercido pelas colonizadoras foi patente nas eleições de 1982: os colonos por eles assentados (Sinop e Alta Floresta), altamente controlados, sustentaram a vitória do governo no estado. Em contrapartida, colonos assentados por colonizadoras menos poderosas, permanecendo ainda na condição de posseiros (Colider), representaram voto expressivo de oposição exercendo pressão no governo estadual anterior.

### Rondônia

Trata-se de um território de ocupação dirigida, definido pela colonização oficial, onde dominam colonos com trabalho familiar em coexistência conflitiva com empresas de mineração, antigos aviadores de borracha, fazendeiros em expansão, funcionários e migrantes sem-terra aglomerados nas periferias urbanas.

Os projetos de colonização na Amazônia constituem enclaves em meio à apropriação privada da terra. Devido a uma estratégia de distribuição controlada da terra em lotes de 100 ha e à propaganda, atraem grande afluxo de migrantes. Em Rondônia, o crescimento demográfico entre 1970-80 foi fantástico, as densidades se elevando de 0,4 para 8,5 hab./km<sup>2</sup>.

A atividade agrícola dos colonos se baseia na lavoura do café e cacau, principais produtos de exportação, seguidos de madeira e borracha.

A dinâmica social em Rondônia é reveladora de mecanismos da atuação do Estado, mas também da potencialidade da prática social. O processo de povoamento se identifica com a produção de uma nova região, hoje institucionalizada como um estado da federação, produção dirigida e executada diretamente pelo Governo Federal mas efe-



tivada pelas mãos de milhares de migrantes, cuja iniciativa é hoje, ao contrário da Amazônia Oriental, dominante.

A estratégia do Estado é poderosa. Induz à migração, oferece poucos recursos aos migrantes e se omite na defesa de seus investimentos; dirige o processo de povoamento mas coopta liderança da sociedade civil que se transforma em seus agentes locais, ou cria lideranças oferecendo cargos no aparelho de Estado local. Organiza-se, assim, o poder, numa relação que usa amplamente o trabalho dos migrantes, absorvendo com bastante flexibilidade a sua iniciativa e os conflitos contidos nessa relação, até um certo limite. Esse limite é estabelecido por contradições na disputa pela terra, por irracionalidades da própria forma de gestão do Estado-fragmentado por múltiplas instituições estatais e interferência crescente do Banco Mundial — pela fragilidade do aparelho de Estado local e também pela atuação organizada da população, favorecida pela estrutura social e a densidade demográfica.

A ação dos pequenos produtores é, portanto, também poderosa. Eles demonstram capacidade de se organizar, se revelando como participantes ativos na produção do espaço, através de pelo menos três formas:

- 1 — nas inovações que introduzem e que constituem formas não conflituais de povoamento, tais como: a humanização do chamado "quadrado burro" (geométrico) do INCRA; a organização do mercado de trabalho e a criação das cidades, hoje com 40-60.000 hab. cada uma; a formação de associações para escapar ao controle de intermediários e controlar a comercialização;
- 2 — nos conflitos embutidos no cotidiano, na cadeia de ações e reações que compõem as relações sociais e forjam as regiões e que obrigam o Estado a alterar as formas de assentamento;
- 3 — nas táticas utilizadas em conflitos deflagrados, i.e., na disputa pela terra que, hoje, extravasa o controle do Estado.

A resistência da população não se resume, portanto, à luta armada; manifesta-se numa ação sistemática de conquista e preservação de um espaço para integração na organização capitalista. Sua influência é hoje visível inclusive na intensa mobilização da sociedade civil, do INCRA e de parte do pró-

prio aparelho de Estado local em favor da reforma agrária e no descontrole do Estado na área.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exemplos analisados permitem retornar às questões e proposições colocadas nas partes iniciais desse trabalho e fortalecer o conceito de região como poder territorial.

No processo contemporâneo de reapropriação da Amazônia, produz-se um espaço a um tempo homogêneo, em termos de modernização tecnológica, e fragmentado, em termos de sua diferenciação, em subconjuntos sociais originais. Forças homogeneizadoras — Estado, grandes projetos e empresas — e segmentos sociais com condições econômica e origem cultural diversificadas disputam o espaço e sua apropriação numa relação extremamente conflituosa. O processo de concretização da apropriação de parcelas do espaço por diferentes combinações de atores é também o processo de forja de novas sociedades locais e de definição de seus respectivos territórios, correspondendo à formação de regiões.

O conceito de região como poder territorial — i.e., um poder local específico — está implícito nesse processo. A experiência da Amazônia mostra que a formação de regiões decorre de uma decisão tecnocrática, dos detentores do poder, mas também de um processo coletivo, da prática social. *Ao nível local, o quadro institucional não atua independentemente da prática social* — ele cria, legaliza e procura controlar o processo de formação da região, identificado com a criação de vilas, distritos, municípios e, eventualmente, estados. As conjunturas locais relativizam, portanto, os efeitos estruturais das forças homogeneizadoras.

Os interesses coletivos e a prática social, contudo, variam segundo a função social e a finalidade política das diferentes sociedades locais em formação. Na Amazônia Oriental, a sociedade local se define em favor de fazendeiros e empresários, suficientemente fortes para, num movimento regio-

nalista, pressionar o governo central a criar um novo estado, e para massacrar os movimentos de resistência de pequenos produtores e trabalhadores rurais. Pelo contrário, em Rondônia, cujo território foi inicialmente definido por decisão tecnocrática, os pequenos produtores participam expressivamente da construção do estado, e têm tido condições de uma resistência bem-sucedida, conseguindo que outros segmentos da sociedade local atuem em seu favor.

Essas experiências indicam que os acontecimentos na escala local, os conflitos do cotidiano, têm capacidade de influir na ordem instituída em outras escalas, a da região e a do espaço social, global. E mais, indica que segmentos não hegemônicos podem alcançar um nível de organização que acione a resistência coletiva, influenciando, assim, na forja da identidade regional e no direcionamento do processo de transformação social.<sup>3</sup>

## BIBLIOGRAFIA

- BASSAND, M.; GUINDANI, S. Maldéveloppement Régional et Lutttes Identitaires. *Espaces et Sociétés* n. 42, 1983.
- BECKER, B.K. A Fronteira em Fins do Século XX: proposições para um debate sobre a Amazônia. *Espaço e Debates* n. 13, 1984.
- \_\_\_\_\_. Expansão do Povoamento e Mudança Social: o caso de Rondônia. *Conferências, 6º Encontro Nacional de Geografia Agrária*, Garanhuns, PB, 1985.
- DULONG, R. A Crise da Relação Estado/Sociedade Local Vista Através da Política Regional. Organizada por Nico Poulantzas. *O Estado em Crise*, Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- LORINGUER, G. Une Économie Politique du Spatial et du Territorial. *Espaces et Sociétés* n. 42, 1982.
- RICQ, C. La région, Espace Institutionnel et Espace D'identité. *Espace et Sociétés* n. 42, 1983.
- TURCO, A. Regione e Regionalizzazione. Milano Franco Angeli, 1984.

## RESUMO

O impacto da modernização conservadora na Amazônia, embora vigoroso, não foi absoluto nem provocou a homogeneização regional. Pelo contrário, a Amazônia se fragmenta em sub-regiões e, nessa nova organização territorial, a prática social local tem importante papel. Retomando a questão regional em seu significado político, o trabalho propõe que região e regionalização são resultado de uma divisão assegurada tanto por uma decisão tecnocrática como por um processo coletivo, e apresenta evidências empíricas para a Amazônia.

## ABSTRACT

The impact of conservative modernization in Amazonia was strong, but it did not result in regional homogeneization. On the contrary, new sub-regions are emerging and, in this process, local social practice plays an important role. The paper discusses the regional question in its political significance. It proposes that regions and regionalization are the result both of technocratic decisions and collective processes, and presents empirical evidences concerning Amazonia.

<sup>3</sup> Agradecemos a Rogério H. Costa a leitura crítica desse trabalho.